
POLÍTICA DE SEGURANÇA CIBERNÉTICA E PROTEÇÃO DE DADOS

TRÍTONO CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA.

CNPJ: 62.955.469/0001-31

Endereço: Rua Potiguar Medeiros, S/N, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05422-100

Versão: 1.0

Data de Aprovação: novembro de 2025

Responsável: Diretoria

CONTROLE DE VERSÕES:

Versão	Data	Responsável	Aprovação
1.0	Novembro/2025	Diretoria	Diretoria

SUMÁRIO

- 1. INTRODUÇÃO**
- 2. OBJETIVOS E ESCOPO**
- 3. DEFINIÇÕES**
- 4. RESPONSABILIDADES**
- 5. GOVERNANÇA DE SEGURANÇA**
- 6. GESTÃO DE ATIVOS DE INFORMAÇÃO**
- 7. CONTROLES DE ACESSO**
- 8. SEGURANÇA DE REDES E SISTEMAS**
- 9. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**
- 10. GESTÃO DE INCIDENTES**
- 11. CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS**
- 12. TREINAMENTO E CONSCIENTIZAÇÃO**
- 13. MONITORAMENTO E AUDITORIA**
- 14. DISPOSIÇÕES GERAIS**

1. INTRODUÇÃO

A Política de Segurança Cibernética e Proteção de Dados da Trítono Capital Gestão de Recursos Ltda. (“Trítono Capital” ou “Gestora”) foi desenvolvida para abordar os crescentes desafios de segurança no ambiente digital, reconhecendo que a proteção dos ativos digitais e a salvaguarda das informações confidenciais são fundamentais para a continuidade dos negócios e para a manutenção da confiança dos investidores e parceiros.

O panorama da segurança cibernética tem evoluído rapidamente, apresentando desafios cada vez mais complexos para as organizações do mercado financeiro. A Gestora reconhece que, como gestora especializada em Fundos de Investimento em Participações, lida com informações altamente sensíveis sobre investidores, empresas investidas e estratégias de investimento, tornando a segurança cibernética uma prioridade estratégica.

Este documento foi cuidadosamente desenvolvido para abordar os riscos emergentes no cenário de segurança cibernética, fornecendo diretrizes claras e procedimentos robustos para mitigar ameaças e promover práticas seguras no ambiente digital. O objetivo é fortalecer a resiliência da organização diante dos

desafios crescentes e garantir que todas as áreas estejam preparadas para enfrentar os riscos cibernéticos de forma eficaz.

Esta política trata das regras e procedimentos que visam proteger os sistemas de informação, prevenir ataques cibernéticos, gerenciar incidentes de segurança e promover uma cultura de conscientização e responsabilidade compartilhada. Também aborda as melhores práticas e os padrões reconhecidos internacionalmente para a segurança cibernética, garantindo que as políticas estejam alinhadas às últimas recomendações do setor.

É importante ressaltar que a segurança cibernética é uma responsabilidade de todos os colaboradores da Gestora. Cada pessoa desempenha um papel fundamental na proteção dos ativos digitais e no fortalecimento da postura de segurança. A Gestora está comprometida em manter um ambiente seguro e confiável, investindo continuamente em recursos e tecnologias adequadas para mitigar os riscos cibernéticos.

2. OBJETIVOS E ESCOPO

2.1. Objetivos

Esta política tem os seguintes objetivos principais:

Proteção de Informações: Assegurar a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações da Gestora, seus investidores e empresas investidas.

Conformidade Regulatória: Garantir o cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), regulamentações da CVM e demais normas aplicáveis.

Gestão de Riscos: Identificar, avaliar e mitigar riscos cibernéticos que possam impactar as operações da Gestora.

Continuidade de Negócios: Assegurar a continuidade das operações críticas em caso de incidentes de segurança.

Cultura de Segurança: Promover uma cultura organizacional que valorize e pratique a segurança da informação.

2.2. Escopo

Esta política aplica-se a:

Pessoas: Todos os colaboradores, administradores, estagiários, terceirizados e prestadores de serviços da Gestora.

Informações: Todas as informações em formato digital ou físico sob responsabilidade da Gestora.

Sistemas: Todos os sistemas de informação, equipamentos e infraestrutura tecnológica utilizados pela Gestora.

Processos: Todos os processos de negócio que envolvam o tratamento de informações.

Localização: Todas as instalações da Gestora e locais onde suas atividades são desenvolvidas.

2.3. Princípios Fundamentais

Confidencialidade: As informações devem ser acessíveis apenas a pessoas autorizadas.

Integridade: As informações devem ser precisas, completas e protegidas contra alterações não autorizadas.

Disponibilidade: As informações e sistemas devem estar disponíveis quando necessários.

Autenticidade: A origem das informações deve ser verificável e confiável.

Não Repúdio: As ações realizadas devem ser rastreáveis e não negáveis.

3. DEFINIÇÕES

Para os fins desta política, aplicam-se as seguintes definições:

Ativo de Informação: Qualquer informação ou sistema que tenha valor para a Gestora.

Ameaça: Qualquer circunstância ou evento com potencial de causar danos aos ativos de informação.

Vulnerabilidade: Fraqueza em um ativo ou controle que pode ser explorada por uma ameaça.

Risco: Probabilidade de uma ameaça explorar uma vulnerabilidade e causar impacto.

Incidente de Segurança: Evento que compromete ou pode comprometer a segurança da informação.

Dados Pessoais: Informações relacionadas a pessoa natural identificada ou identificável.

Dados Pessoais Sensíveis: Dados sobre origem racial, convicções religiosas, opiniões políticas, saúde, vida sexual, dados genéticos ou biométricos.

Tratamento: Toda operação realizada com dados pessoais.

Controlador: Pessoa natural ou jurídica que toma decisões sobre o tratamento de dados pessoais.

Operador: Pessoa natural ou jurídica que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.

Malware: Software malicioso projetado para danificar ou obter acesso não autorizado a sistemas.

Phishing: Técnica de engenharia social para obter informações confidenciais.

Ransomware: Tipo de malware que criptografa dados e exige pagamento para descriptografia.

4. RESPONSABILIDADES

4.1. Diretoria

A Diretoria é responsável por:

- Aprovar e revisar esta política
- Definir a estratégia de segurança cibernética
- Assegurar recursos adequados para segurança
- Supervisionar a gestão de riscos cibernéticos
- Tomar decisões sobre incidentes críticos
- Comunicar-se com stakeholders sobre questões de segurança

4.2. Diretor de Compliance

O Diretor de Compliance é responsável por:

- Implementar e manter esta política
- Coordenar atividades de segurança cibernética
- Monitorar conformidade com regulamentações
- Gerenciar incidentes de segurança
- Treinar colaboradores sobre segurança
- Elaborar relatórios de segurança
- Coordenar com prestadores de serviços de TI

4.3. Diretor Presidente

O Diretor Presidente é responsável por:

- Apoiar a implementação da política
- Assegurar que decisões de negócio considerem aspectos de segurança
- Comunicar-se com investidores sobre questões de segurança
- Participar da gestão de crises cibernéticas

4.4. Colaboradores

Todos os colaboradores devem:

- Conhecer e cumprir esta política
- Proteger informações confidenciais
- Usar sistemas de forma segura
- Reportar incidentes de segurança

- Participar de treinamentos obrigatórios
- Manter senhas seguras
- Ser vigilantes contra ameaças cibernéticas

4.5. Prestadores de Serviços

Os prestadores de serviços devem:

- Cumprir requisitos de segurança contratuais
- Implementar controles adequados
- Reportar incidentes que afetem a Gestora
- Permitir auditorias de segurança
- Manter confidencialidade de informações

5. GOVERNANÇA DE SEGURANÇA

5.1. Estrutura de Governança

A governança de segurança cibernética da Gestora é estruturada da seguinte forma:

Nível Estratégico: Diretoria define estratégia e aprova políticas.

Nível Tático: Diretor de Compliance coordena implementação e monitoramento.

Nível Operacional: Colaboradores executam controles e procedimentos diários.

5.2. Comitê de Segurança

Quando necessário, a Gestora pode constituir comitê temporário de segurança para tratar de questões específicas, composto por:

- Diretor de Compliance (coordenador)
- Diretor Presidente
- Representantes de prestadores de TI
- Outros especialistas conforme necessário

5.3. Políticas e Procedimentos

A Gestora mantém conjunto abrangente de políticas e procedimentos de segurança, incluindo:

- Esta política geral de segurança cibernética
- Procedimentos específicos por área
- Guias de boas práticas
- Planos de resposta a incidentes
- Procedimentos de backup e recuperação

5.4. Gestão de Riscos

Identificação: Identificação sistemática de riscos cibernéticos.

Avaliação: Análise de probabilidade e impacto dos riscos.

Tratamento: Implementação de controles para mitigar riscos.

Monitoramento: Acompanhamento contínuo da efetividade dos controles.

6. GESTÃO DE ATIVOS DE INFORMAÇÃO

6.1. Classificação de Informações

As informações da Gestora são classificadas conforme seu nível de sensibilidade:

Público: Informações que podem ser divulgadas publicamente sem restrições.

Interno: Informações de uso interno da Gestora, não destinadas ao público externo.

Confidencial: Informações sensíveis que podem causar danos se divulgadas inadequadamente.

Restrito: Informações altamente sensíveis com acesso limitado a pessoas específicas.

6.2. Tratamento por Classificação

Informações Públicas: - Podem ser divulgadas sem restrições - Armazenamento em sistemas padrão – Backup conforme procedimentos normais

Informações Internas: - Acesso limitado a colaboradores – Controles básicos de acesso – Cuidados na comunicação externa

Informações Confidenciais: - Acesso baseado em necessidade professional – Controles rigorosos de acesso – Criptografia quando apropriado – Acordos de confidencialidade

Informações Restritas: - Acesso limitado a pessoas específicas – Controles máximos de segurança – Criptografia obrigatória – Logs detalhados de acesso – Aprovação para cada acesso

6.3. Inventário de Ativos

A Gestora mantém inventário atualizado de seus ativos de informação, incluindo:

- Sistemas de informação
- Bases de dados
- Equipamentos de TI
- Documentos físicos e digitais
- Aplicações e software
- Serviços de terceiros

6.4. Propriedade e Custódia

Proprietário do Ativo: Responsável pela classificação e autorização de acesso.

Custodiante: Responsável pela implementação de controles e proteção física/lógica.

Usuário: Responsável pelo uso adequado conforme políticas estabelecidas.

7. CONTROLES DE ACESSO

7.1. Gestão de Identidades

Criação de Contas: - Processo formal de solicitação - Aprovação por responsável autorizado - Princípio do menor privilégio - Documentação adequada

Manutenção de Contas: - Revisão periódica de acessos - Atualização conforme mudanças de função - Desativação de contas desnecessárias - Monitoramento de atividades

Exclusão de Contas: - Desativação imediata no desligamento - Transferência de responsabilidades - Recuperação de equipamentos - Revogação de certificados

7.2. Autenticação

Senhas: - Complexidade mínima exigida - Alteração periódica obrigatória - Proibição de reutilização - Armazenamento seguro

Autenticação Multifator: - Obrigatória para sistemas críticos - Combinação de fatores diferentes - Tokens ou aplicativos autenticadores - Backup de métodos de autenticação

7.3. Autorização

Perfis de Acesso: - Definição baseada em funções - Segregação de responsabilidades - Aprovação por níveis hierárquicos - Documentação de justificativas

Controles de Acesso: - Implementação técnica de restrições - Monitoramento de tentativas de acesso - Logs detalhados de atividades - Alertas para atividades suspeitas

7.4. Acesso Remoto

VPN Corporativa: - Conexão criptografada obrigatória - Autenticação forte - Monitoramento de conexões - Políticas de uso aceitável

Dispositivos Móveis: - Configuração de segurança obrigatória - Criptografia de dados - Possibilidade de limpeza remota - Controles de aplicações

8. SEGURANÇA DE REDES E SISTEMAS

8.1. Arquitetura de Segurança

Segmentação de Rede: - Separação de ambientes por criticidade - Controles de tráfego entre segmentos - Monitoramento de comunicações - Isolamento de sistemas críticos

Perímetro de Segurança: - Firewall com regras restritivas - Sistema de detecção de intrusão - Filtragem de conteúdo web - Proteção contra malware

8.2. Proteção de Endpoints

Antivírus/Anti-malware: - Instalação obrigatória em todos os equipamentos - Atualizações automáticas - Varreduras regulares - Quarentena de arquivos suspeitos

Configuração Segura: - Hardening de sistemas operacionais - Desabilitação de serviços desnecessários - Atualizações de segurança regulares - Controles de instalação de software

8.3. Gestão de Vulnerabilidades

Identificação: - Varreduras regulares de vulnerabilidades - Monitoramento de alertas de segurança - Análise de logs de segurança - Testes de penetração periódicos

Correção: - Priorização baseada em criticidade - Cronograma de aplicação de patches - Testes antes da implementação - Verificação de efetividade

8.4. Backup e Recuperação

Estratégia de Backup: - Backup regular de dados críticos - Cópias em locais diferentes - Testes regulares de restauração - Criptografia de backups

Plano de Recuperação: - Procedimentos documentados - Tempos de recuperação definidos - Responsabilidades claras - Testes periódicos do plano

9. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

9.1. Conformidade com LGPD

A Gestora atua como controladora de dados pessoais e implementa medidas para conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados:

Bases Legais: - Identificação de bases legais para cada tratamento - Documentação de justificativas - Revisão periódica de adequação - Comunicação clara aos titulares

Direitos dos Titulares: - Procedimentos para exercício de direitos - Canais de comunicação adequados - Prazos de resposta estabelecidos - Treinamento de colaboradores

9.2. Princípios de Proteção

Finalidade: Tratamento para propósitos legítimos e específicos.

Adequação: Compatibilidade com finalidades informadas.

Necessidade: Limitação ao mínimo necessário.

Livre Acesso: Garantia de consulta facilitada sobre tratamento.

Qualidade dos Dados: Exatidão, clareza e atualização.

Transparência: Informações claras sobre tratamento.

Segurança: Medidas técnicas e administrativas adequadas.

Prevenção: Adoção de medidas preventivas.

Não Discriminação: Impossibilidade de tratamento discriminatório.

Responsabilização: Demonstração de conformidade.

9.3. Medidas de Segurança

Técnicas: - Criptografia de dados sensíveis - Controles de acesso granulares - Anonimização quando possível - Pseudonimização de dados

Administrativas: - Políticas e procedimentos claros - Treinamento regular de colaboradores - Contratos com cláusulas de proteção - Auditorias regulares

Físicas: - Controles de acesso a instalações - Armazenamento seguro de documentos - Descarte seguro de informações - Proteção de equipamentos

9.4. Gestão de Incidentes com Dados Pessoais

Detecção: - Monitoramento contínuo - Canais de reporte - Investigação de suspeitas - Documentação de evidências

Resposta: - Contenção imediata - Avaliação de impacto - Comunicação à ANPD quando necessário - Notificação aos titulares quando aplicável

10. GESTÃO DE INCIDENTES

10.1. Definição de Incidentes

São considerados incidentes de segurança:

- Acesso não autorizado a sistemas ou dados
- Vazamento de informações confidenciais
- Ataques de malware ou ransomware
- Indisponibilidade de sistemas críticos
- Tentativas de fraude ou phishing
- Perda ou roubo de equipamentos
- Violações de políticas de segurança

10.2. Processo de Gestão

Detecção e Reporte: - Canais múltiplos de comunicação - Reporte imediato obrigatório - Preservação de evidências - Documentação inicial

Análise e Classificação: - Avaliação de severidade - Classificação por tipo de incidente - Determinação de impacto - Acionamento de equipe apropriada

Contenção: - Ações imediatas para limitar danos - Isolamento de sistemas afetados - Preservação de evidências - Comunicação com stakeholders

Erradicação: - Remoção da causa do incidente - Correção de vulnerabilidades - Limpeza de sistemas afetados - Implementação de melhorias

Recuperação: - Restauração de sistemas - Verificação de integridade - Monitoramento intensificado - Retorno às operações normais

Lições Aprendidas: - Análise pós-incidente - Identificação de melhorias - Atualização de procedimentos - Treinamento adicional

10.3. Equipe de Resposta

Coordenador: Diretor de Compliance

Membros: - Diretor Presidente - Prestadores de serviços de TI - Consultores externos quando necessário - Outros especialistas conforme o tipo de incidente

10.4. Comunicação

Interna: - Notificação imediata à Diretoria - Comunicação com colaboradores afetados - Atualizações regulares sobre status - Relatórios de progresso

Externa: - Comunicação com autoridades quando exigido - Notificação a investidores quando relevante - Coordenação com prestadores de serviços - Comunicação com mídia se necessário

11. CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS

11.1. Integração com PCN

Esta política integra-se com o Plano de Continuidade de Negócios da Gestora, assegurando que aspectos de segurança cibernética sejam considerados em cenários de contingência.

11.2. Sistemas Críticos

Identificação: - Mapeamento de sistemas essenciais - Análise de dependências - Avaliação de impacto de indisponibilidade - Priorização para recuperação

Proteção: - Controles de segurança reforçados - Backup frequente e testado - Redundância quando apropriado - Monitoramento intensificado

11.3. Recuperação de Desastres

Estratégia: - Definição de objetivos de recuperação - Procedimentos de ativação - Recursos alternativos identificados - Testes regulares de procedimentos

Implementação: - Equipes de recuperação designadas - Comunicação coordenada - Verificação de integridade - Retorno gradual às Operações

12. TREINAMENTO E CONSCIENTIZAÇÃO

12.1. Programa de Treinamento

Treinamento Inicial: - Obrigatório para todos os novos colaboradores - Cobertura de políticas e procedimentos - Casos práticos e simulações - Avaliação de conhecimento

Treinamento Contínuo: - Atualizações regulares sobre ameaças - Simulações de phishing - Workshops sobre boas práticas - Treinamento específico por função

12.2. Conscientização

Campanhas: - Comunicações regulares sobre segurança - Alertas sobre novas ameaças - Dicas de segurança - Reconhecimento de boas práticas

Materiais: - Guias de boas práticas - Vídeos educativos - Cartazes e lembretes - Portal de segurança interno

12.3. Avaliação de Efetividade

Métricas: - Taxa de participação em treinamentos - Resultados de simulações - Número de incidentes reportados - Feedback dos participantes

Melhoria: - Análise de resultados - Ajustes no programa - Novos métodos de treinamento - Personalização por audiência

13. MONITORAMENTO E AUDITORIA

13.1. Monitoramento Contínuo

Sistemas de Monitoramento: - Logs de segurança centralizados - Alertas automatizados - Dashboards de segurança - Análise de comportamento

Indicadores: - Tentativas de acesso não autorizado - Atividades suspeitas - Performance de controles - Conformidade com políticas

13.2. Auditoria de Segurança

Auditoria Interna: - Revisões periódicas de controles - Testes de efetividade - Verificação de conformidade - Relatórios de achados

Auditoria Externa: - Avaliações independentes - Testes de penetração - Certificações de segurança - Validação de controles

13.3. Métricas e Relatórios

Métricas de Segurança: - Número de incidentes por período - Tempo de detecção e resposta - Taxa de conformidade - Efetividade de treinamentos

Relatórios: - Relatórios mensais de segurança - Relatórios de incidentes - Relatórios de auditoria - Apresentações para Diretoria

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Vigência

Esta política entra em vigor na data de sua aprovação pela Diretoria e permanece válida até sua revogação ou substituição por versão atualizada.

14.2. Atualizações

Esta política será revisada anualmente ou sempre que houver:

- Mudanças na regulamentação
- Evolução das ameaças cibernéticas
- Incidentes significativos
- Mudanças na infraestrutura
- Feedback de auditorias

14.3. Integração com Outras Políticas

Esta política deve ser lida em conjunto com:

- Política de Segregação de Atividades e Confidencialidade
- Plano de Continuidade de Negócios
- Manual de Compliance
- Código de Ética e Conduta
- Outras políticas internas relevantes

14.4. Conformidade

O cumprimento desta política é obrigatório para todos os colaboradores e prestadores de serviços. Violações podem resultar em:

- Medidas disciplinares
- Rescisão de contratos
- Ações legais quando apropriado
- Comunicação a autoridades

14.5. Melhoria Contínua

A Gestora compromete-se com a melhoria contínua de sua postura de segurança cibernética, incorporando:

- Lições aprendidas de incidentes
- Melhores práticas de mercado
- Novas tecnologias de segurança
- Feedback de stakeholders

14.6. Suporte e Recursos

A Gestora disponibiliza recursos adequados para implementação desta política, incluindo:

- Tecnologias de segurança apropriadas
- Treinamento regular de colaboradores
- Consultoria especializada quando necessário
- Investimentos em infraestrutura

14.7. Casos Omissos

Situações não previstas nesta política devem ser submetidas ao Diretor de Compliance para análise e orientação, sempre considerando os princípios de segurança e proteção estabelecidos.

14.8. Responsabilidade Compartilhada

A segurança cibernética é responsabilidade de todos na Gestora. Cada colaborador deve contribuir para a proteção dos ativos de informação e para a manutenção de um ambiente seguro e confiável.

Aprovado pela Diretoria da Trítono Capital Gestão de Recursos Ltda.
São Paulo, Novembro de 2025

Daniel Teruo Famano
Diretor Presidente

Guilherme Maitto Caputo
Diretor de Compliance